



Violência contra transexuais no Brasil: A interseccionalidade no contexto da vulnerabilidade social

Violence against transgender people in Brazil: Intersectionality in the context of social vulnerability

Sheila Roberta Fabro Bertolini ¹

Policardo Gonçalves da Silva ²

Tieli Krug Rodrigues ³

RESUMO EXPANDIDO

Introdução: O tema da presente pesquisa é a violência contra pessoas transexuais no Brasil e sua relação com a interseccionalidade, entendida como múltiplas formas de subordinação. Os determinantes sociais da saúde (DSS), adotados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), expressam, conforme apontam Buss e Filho (2007, p.78) o quanto as condições de vida e de trabalho dos indivíduos e grupos estão relacionadas à sua situação de saúde, inclusive taxas de mortalidade. A Associação Nacional de Travestis de Transexuais – Antra, publica anualmente o “Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras” (Benevides, 2023). Na edição de 2023 são apontados 131 assassinatos de pessoas transexuais no país. Estes dados colocam o Brasil, pelo 14º ano consecutivo, como o país que mais mata pessoas transexuais em todo o mundo, com a idade média das vítimas de 35 anos e, em 80% dos casos, com requintes de crueldade. A Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004, elenca uma série de situações de vulnerabilidade entre elas as “identidades estigmatizadas” em termos sexuais e de gênero. A transexualidade é uma vulnerabilidade social cujas bases se assentam em todo um contexto de violação de direitos, inclusive do direito à saúde. Além da transgeneridade, que pode ser masculina ou feminina, há o fator de gênero que

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Enfermagem Fundamental pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

² Doutor em Enfermagem e Mestre em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

³ Mestre em Psicologia pela Universidade do Minho, Portugal.



representa uma dupla vulnerabilidade, pois, a imensa maioria das vítimas, identifica-se como mulher. Outro aspecto apontado por Benevides (2023, p.43) diz respeito a questões de raça e etnia:

Em 2022, dentre os casos analisados em nossa pesquisa nos quais foi possível identificar a identidade racial da vítima, aliado ao processo de hetero identificação em buscas pela Internet após a morte para fins dessa pesquisa, pelo menos 76% eram travestis/mulheres trans negras (pretas e pardas de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), explicitando ainda mais os fatores da desigualdade racial nos dados de assassinatos contra pessoas trans.

Neste sentido, lembrando o “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, escrito por Kimberlé Crenshaw (2002), defensora norte-americana dos direitos civis e fundadora do Centro de Interseccionalidade e Estudos de Política Social da Columbia Law School (CISPS), pode-se perfeitamente identificar o aspecto interseccional destes crimes, se considerarmos a seguinte explicação:

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (2002, p.177).

A sobreposição de fatores de discriminação, portanto, as cargas múltiplas que se sobrepõem em sistemas interseccionais de opressão, criam condições estigmatizantes de amplas repercussões na vida real, como práticas reiteradas, marcadas pela cronicidade, e tornam as pessoas trans altamente vulneráveis, com uma expectativa de vida, no Brasil, de 35 anos em média, contra 77 anos da população em geral, ainda segundo o relatório da Antra. **Objetivos:** O presente levantamento teve como objetivo correlacionar o impacto desta vulnerabilidade em suas condições de saúde e de sobrevivência. **Materiais e métodos:** utilizou-se como metodologia o levantamento bibliográfico e a pesquisa documental. **Resultados:** Os resultados apontam que apenas 4% da população trans ocupa empregos formais, sendo que, do restante, 90% deste público adota a prostituição como principal fonte de renda, o que expõe este grupo a crônico risco de morte. Por outro lado, levantamento realizado pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Nunes, 2021), aponta que 82% dos alunos trans



abandonam a escola entre 14 e 18 anos como consequência de processos recorrentes de bullying, englobando humilhações, perseguições, agressões, inclusive físicas, o que reflete a falta estrutural de prevenção. São frequentes também as expulsões de casa. **Considerações finais:** Diante do exposto, pode-se presumir, à título de conclusão, o percurso de muitas das pessoas transexuais na realidade brasileira. Ainda muito jovens são expulsas de casa, da escola e impedidas de ingressar no mundo do trabalho, acabando por encontrar na prostituição a única fonte possível de renda e de sobrevivência. Entretanto, esta condição amplifica sua vulnerabilidade e exposição a riscos em decorrência de múltiplas formas de discriminação: transexual, mulher, negra, profissional do sexo, pobre e sem rede de apoio e proteção, inclusive de saúde. O resultado constrói um círculo vicioso crônico de morte violenta e precoce que, em grande parte das vezes, fica impune. Tratam-se de vidas consideradas de menor valor que Achille Mbembe, professor universitário camaronês, chamou de “vidas matáveis”, cujo resultado é a decisão estatal, social e, porque não dizer, de saúde, de quem são as pessoas dignas de viver ou de morrer, ou seja, a ideia de que alguém vale mais do que os outros e quem não tem valor pode ser descartado.

Palavras-chave: Transexualidade, Vulnerabilidade Social, Direitos Humanos Violência.

Keywords: Transsexuality, Social Vulnerability, Human Rights Violence.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: ANTRA, 2023.
- BUSS, P.M., FILHO, A.P. **A Saúde e seus determinantes sociais**. Physis. Re. Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social-PNAS/2004**. Brasília, 2004.
- CRENSHAWC, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação Racial Relativos Ao Gênero**. Revista Estudos Feministas, 2002. 10:1, (jun): 171-188. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica: seguido de sobre el governo privado indirecto**. Santa Cruz de Tenerife, Melusina, 2011.



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

NUNES, Tamires. **Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneres dentro do sistema educacional brasileiro**. IBDEX, Curitiba, 2021.

